JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO
DECISÃO DA PREGOEIRA

PROCESSO Nº: 3839/2024

REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 31/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE” PROPOSTA Nº 09402776000123002 – RESOLUÇÃO 021/2023 E PROGRAMA 09402776000123010 - RESOLUÇÃO Nº 014/2023, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL.

RECORRENTE: PRUDENCIAL COMÉRCIO LTDA

RECORRIDO: F BORGES EQUIPAMENTOS EIRELI

ASSUNTO: Trata-se de Recurso Administrativo interposto tempestivamente, via sistema Comprasgov.br, pelo licitante **PRUDENCIAL COMÉRCIO LTDA**, com fundamento nos artigos 5º, XXXIV, “a” e LV, e 37, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com as determinações contidas na Lei 14.133/2021, mais precisamente o artigo 165, inciso I, alínea “b” e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, em face da decisão da Pregoeira responsável pela análise técnica das propostas das proponentes, que CLASSIFICOU a recorrida **F BORGES EQUIPAMENTOS EIRELI**.

Em cumprimento ao disposto na alínea “b”, inciso I do Artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ainda do artigo 165 da mesma Lei, a Pregoeira, instituída pela Designação de Agente de Contratação/Pregoeiro, constante nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **RECORRENTE**, em 14/11/2024, e as Contrarrazões ao recurso interposta pela **RECORRIDA** e recebida em 20/11/2024.

I – DAS PRELIMINARES E DO EFEITO SUSPENSIVO

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos, por parte da **RECORRENTE E DA RECORRIDA**, os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

O recurso apresentado teve efeito suspensivo no referido processo por força do artigo 168 da Lei 14.133/2021.

“Art. 168. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.”

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS

Na sessão pública do Pregão Eletrônico em referência, realizada em 11/11/2024, a **RECORRENTE** intencionou interposição de recurso para demonstrar sua insatisfação contra a classificação da **RECORRIDA**, restando estabelecida a data de 14/11/2024 como prazo final do recurso. Na mesma ocasião foi aberto prazo para contrarrazões ao recurso, estabelecido em ata, para que fosse interposta até a data de 21/11/2024 como prazo final.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, verifica-se, portanto, a tempestividade e a regularidade do presente recurso e contrarrazões, atendendo ao previsto no item 11 do instrumento convocatório, nos termos do art. 165, da Lei 14.133/2021.

III – DAS RAZÕES RECURSAIS

A **RECORRENTE**, insurge-se contra a decisão da Pregoeira que classificou a proposta da empresa participante **F BORGES EQUIPAMENTOS EIRELI**, sob as alegações abaixo descritas:

"DOS FATOS

A F BORGES EQUIPAMENTOS LTDA (CNPJ: 39.935.346/0002-06), vencedora da fase de lances, foi convocada pela Pregoeira a apresentar sua proposta e demais documentos de habilitação.

De posse da documentação acostada pela arrematante, foi possível constatar que o produto ofertado NÃO ATENDE AS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DO EDITAL."

Na mesma ocasião, a recorrente menciona irregularidades na proposta da recorrida, tais como a **ausência de interface de rede RJ-45 que opere nas velocidades 10/100/1000 Mbps e a adulteração do catálogo apresentado.**

IV – DO PEDIDO DA RECORRENTE

"DO PEDIDO

- a) *Solicitamos imediata desclassificação por equipamento não atender à exigência de possuir interface RJ-45;*
- b) *Solicitamos imediata desclassificação por não atender à exigência de velocidade de operação em 10/100/100 Mbps do adaptador ofertado, mesmo não possuindo tal interface integrada;*
- c) *Solicitamos imediata desclassificação por claramente apresentar documentação falsa e fraudar a licitação ao enviar catálogo adulterado do equipamento com aspecto de originalidade, porém em desconformidade com fabricante;*
- d) *Aplicação de sanção por infração administrativa."*

V – DAS CONTRARRAZÕES

Considerando que o recurso se dá em razão de decisão tomada por esta Pregoeira, houve apresentação de Contrarrazões pela **RECORRIDA**, nos termos do Art. 165, § 4º, com as seguintes alegações:

"Em síntese alegou a Recorrente que o modelo ofertado não possui interface de rede RJ-45 e por conseguinte apontou supostas edições no catálogo apresentado.

Contudo, ilustríssimos, não assiste razão as alegações apresentadas conforme adiante passa a expor:

Senhores, o uso de adaptadores para a conexão RJ-45 é uma prática comum e aceitável nos dias de hoje, especialmente considerando o avanço das tecnologias de conectividade sem fio."

A recorrida segue enumerando algumas supostas considerações acerca do aceite do referido item adaptado, inclusive cita a adulteração do catálogo do item proposto com a finalidade de atender o edital, conforme abaixo citado:

"Cumpre-nos inicialmente ponderar que qualquer observação arguida pela Recorrente acerca de documentos não exigidos no rol em edital não deverá ser passível de análise tampouco que esta análise tenha cunho decisório para a desclassificação da recorrida, o que não se espera.

Contudo tão somente para fim de argumentação, o Catálogo apresentado, em que pese não ter sido exigido em Edital como forma de habilitação ou em fase posterior, foi ofertado tão somente como documento complementar a proposta vencedora.

A edição foi realizada com o fim de padronizar os itens que de fato compõem o produto a ser entregue, atendendo integralmente as exigências contidas nas especificações editalícias, inclusive com o sistema operacional Windows 11 PRO, tendo a Recorrente, na qualidade de revendedora e parceira da fabricante a prerrogativa de assim fazer, com o fim tão somente de atender a cada especificidade conforme são requeridos."

VI – DO PEDIDO DA RECORRIDA

"DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a Recorrida o devido processamento do presente, para que seja negado provimento ao Recurso Administrativo interposto pela empresa PRUDENCIAL COMÉRCIO LTDA, mantendo-se íntegra a decisão que classificou e declarou vencedora a proposta da empresa F BORGES EQUIPAMENTOS EIRELI."

VII – DA ANÁLISE DO RECURSO E CONTRARRAZÕES

Cumpra ressaltar que todos julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos nos artigos 5º e 165 da Lei nº 14.133/2021, que dispõem:

*"Art. 5º Na aplicação desta Lei, **serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."*

E no tocante aos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei:

"Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: (...)

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

v- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

v- a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses."

Apresentadas as razões recursais, a Pregoeira poderá adotar as seguintes posturas:

- 1) Conhecer do recurso (juízo positivo de admissibilidade) e, no mérito, acolhê-lo, Resposta ao Recurso realizando um juízo de retratação e, desse modo, reconsiderando sua decisão e revendo seus próprios atos;
- 2) Não conhecer do recurso (juízo negativo de admissibilidade), em razão da ausência de algum requisito de admissibilidade recursal;
- 3) Conhecer do recurso (juízo positivo de admissibilidade) e manter a sua decisão, devendo prestar as devidas informações à autoridade competente para o efetivo julgamento do recurso.

Ocorre que, na ocasião em que foi confeccionado o Termo de Referência, não houve a exigência do documento "catálogo" anexo a proposta, nem tampouco houve previsão de análise técnica prévia na fase de propostas e habilitação, conforme item 8 do edital vinculativo:

" 8.1 Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à habilitação fiscal, social e trabalhista; e

IV - à habilitação econômico-financeira;

V - Declaração Concordância - modelo Anexo III

8.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Deverá apresentar o Ato Constitutivo (Contrato Social / Requerimento de Empresário / Estatuto Social + Ata de Posse dos Diretores / Decreto de autorização de Funcionamento para empresas estrangeiras instaladas no Brasil) em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, no qual estejam expressos os poderes dos representantes legais da empresa ou;

a.1) Deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) - quando tratar-se de MEI (Micro Empreendedor Individual).

a.2) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Não será exigida.

8.1.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Apresentar Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;

b) Apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos tributos Federais e a Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda;

c) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Apresentar Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Apresentar Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.1.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) não exigido."

Porém, restou inequívoco que a empresa classificada apresentou em sua proposta um item diverso do exigido, o que muito embora não seja analisado previamente pela pregoeira, não pode ser desconsiderado, uma vez que causaria um atraso e um retrabalho posterior para desclassificação tardia na fase de entrega, o que preve o edital no item 11 do Termo de referência.

Além disso, na própria descrição do item, já se observa em negrito as duas exigências que deixaram de ser cumpridas pela proponente classificada, "**INTERFACES DE REDE 10/100/1000 CONECTOR RJ-45 FÊMEA E WIFI**" "**SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO**".

"COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) COM PROCESSADOR QUE POSSUA NO MÍNIMO 4 NÚCLEOS, 8 THERADS E FREQUÊNCIA DE 2.4 GHZ; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD 240 GB INTERFACE PCIE NVME M.2 , MEMÓRIA RAM DE 8 GB, EM 2 MÓDULOS IDÊNTICOS DE 4 GB CADA, DO TIPO SDRAM DDR4 3000 MHZ OU SUPERIOR, TELA LCD DE 14 OU 15 POLEGADAS WIDESCREEN, ANTI REFLEXO, SUPORTAR RESOLUÇÃO FULL HD (1920 X 1080 PIXELS), RETRO ILUMINADA POR LED, O TECLADO DEVERÁ CONTER TODOS OS CARACTERES DA LÍNGUA PORTUGUESA, INCLUSIVE Ç E ACENTOS, NAS MESMAS POSIÇÕES DO TECLADO PADRÃO ABNT2, MOUSE TOUCHPAD COM 2 BOTÕES INTEGRADOS, MOUSE ÓPTICO COM CONEXÃO USB E BOTÃO DE ROLAGEM (SCROLL), **INTERFACES DE REDE 10/100/1000 CONECTOR RJ-45 FÊMEA E WIFI** PADRÃO IEEE 802.11 B/G/N/AC, BLUETOOTH MÍNIMO 4.0. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO (64 BITS), BATERIA RECARREGÁVEL DO TIPO ÍON DE LÍTION COM NO MÍNIMO 4 CÉLULAS, FONTE EXTERNA AUTOMÁTICA COMPATÍVEL COM O ITEM, POSSUIR INTERFACES USB 2.0 E 3.0, 1 HDMI OU DISPLAY PORT E 1 VGA, LEITOR DE CARTÃO, WEBCAM FULL HD (1080 P). DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE MALETA DO TIPO ACOLCHOADA PARA TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NOVO, **SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.**" (grifo nosso).

VIII - DA PRECLUSÃO:

Aos interessados, em caso de objeção as exigências previstas no instrumento convocatório, é defeso no artigo 164 da Lei 14.133/2021 a manifestação por meio de impugnação ao edital, conforme exposto:

"Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame".

Nesse sentido, é importante ressaltar que desde a publicação do Edital até sua data de julgamento, nenhum interessado apresentou impugnação ou questionamento quanto às exigências contidas no instrumento convocatório vinculativo, o que demonstra a inexistência de vícios, ou exigências ilegais, nem tampouco cláusulas restritivas.

Considerando que o edital foi adquirido de forma direta por várias empresas e assessorias, e nenhuma sequer apresentou questionamentos quanto à documentação exigida. Sendo assim, a **RECORRENTE** e as demais interessadas não questionaram e nem impugnaram o Edital no tempo previsto por falta de motivação, deixando de praticar seu direito não restando agora, espaço para alegações intempestivas quanto às exigências contidas no Edital, houve a decadência do direito.

Ainda há de se considerar o fato de que a empresa tenha apresentado o "ACEITE DE TERMO DE PROPOSTA" que foi anexada à documentação apresentada pela reclamante na fase de habilitação, que discorre:

"(X) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados." (COMPRASBR)

Isso posto, a Pregoeira buscou no cumprimento da sua função, a construção do Instrumento Convocatório e o Julgamento do Certame observar e preservar os princípios legais que regem o serviço público em suas contratações, dentre outros, o que menciona no artigo 5 da Lei 14.133/2021, que dispõe sobre a vinculação ao edital, pois a *Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada*, tratando de forma isonômica todas as participantes. Também, nesta mesma linha de pensamento, cita Celso Bandeira de Melo, em seu Livro "Curso de Direito Administrativo" 14ª edição, p. 519:

"O edital é o ato por cujo meio a Administração faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa cláusulas do eventual contrato a ser travado".

Outrossim, se a Pregoeira no andamento da Sessão, decidisse desclassificar a proposta da proponente por análise de catálogo, sem que houvesse previsão no instrumento convocatório, estaria ferindo gravemente o Princípio da Isonomia, pelo exercício de tratamento desigual, e jamais, buscou beneficiar uma participante em detrimento de outra, por isso tomou a decisão imparcial de CLASSIFICAR E HABILITAR a Recorrida na Sessão de Julgamento, dando o mesmo tratamento a todos os participantes. Porém, não se pode ignorar que a classificada tenha distorcido o cumprimento do objeto finalidade deste processo.

VIII – DECISÃO

Após exaurir as alegações trazidas pela empresa **RECORRENTE**, considerando as Contrarrazões da **RECORRIDA**, em cumprimento ao princípio constitucional da isonomia, o recurso foi processado e julgado em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação

ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

Por todo o exposto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **CONHEÇO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **RECORRENTE** para, **NO MÉRITO NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO A DECISÃO**, sugerindo a **ABERTURA DE DILIGÊNCIA** com base no artigo nº.59, parágrafo segundo da Lei 14.133/2021 para apurar as eventuais irregularidades após uma análise técnica das alegações da recorrente para uma posterior desclassificação se for o caso.

É importante destacar que a presente justificativa não vincula a decisão superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios à Autoridade Administrativa Superior, a quem cabe a análise desta e posterior decisão. Desta maneira, submeto a presente decisão à autoridade competente para apreciação e posterior ratificação.

Imbituva, 26 de Novembro de 2024

VANESSA MACHADO DE SOUZA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO – PREGOEIRA DESIGNADA